

O SISTEMA JUDICIÁRIO NORTE-AMERICANO E O APRIMORAMENTO DOS SEUS JUÍZES

SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA*

Juiz de Direito e Professor de Direito Processual em Belo Horizonte

I - INTRODUÇÃO

A exemplo do Brasil, a justiça norte-americana se posiciona em dois planos, a saber, federal e estadual, existindo um órgão de cúpula do sistema judiciário que é a Suprema Corte, com sede em Washington, capital do país. E se justifica essa classificação, quando se sabe do caráter federativo de sua organização política, onde realmente os Estados-membros desfrutam de acentuada autonomia.

II - O SISTEMA FEDERAL

Pelo *Judiciary Act*, de 24.9.1789, criou-se um sistema tríplice, formado pela Suprema Corte, pelas *Circuit Courts* (hoje, *Courts of Appeals*) e pelas *District Courts*, estrutura que ainda permanece.

A Constituição Federal, ao dispor sobre o Poder Judiciário, trata das Cortes Federais, afirmando que há uma Suprema Corte e Cortes inferiores, sendo que essas podem ser criadas e suprimidas ao talante do Congresso Nacional.

Os seus juízes são nomeados pelo mais alto mandatário do país, ouvido o Senado. E aceitam o cargo, não pela remuneração, mas pelo prestígio que significa.

Para assegurar-lhes a independência política e jurídica, a Constituição lhes confere as garantias de irredutibilidade de vencimentos e de vitaliciedade, podendo ser afastados apenas pelo *impeachment*.

III - A SUPREMA CORTE

A mais Alta Corte do país, com sede em Washington, é composta de nove *Justices*, nomeados em caráter vitalício pelo chefe do Executivo, ouvido o Senado.

Sua composição, que inicialmente era de seis membros, foi diversas vezes alterada no curso do século passado, nos anos de 1805 (5), 1802 (6), 1807 (7), 1837 (9), 1863 (10), 1866 (7) e 1869 (9).

No século XX, no entanto, sem embargo das pressões políticas, sobretudo no governo de Roosevelt, o número não foi modificado.

Seu Presidente, *Chief Justice*, é também nomeado por tempo ilimitado, percebendo a remuneração anual de \$ 76,000 US, sem acréscimos, enquanto os demais *Justices* percebem \$ 72,000 (em meados de 1975 percebiam, respectivamente, \$ 62,500 US e \$60,000 US).

Não se exige habilitação profissional para o exercício da função, embora a tradição a venha respeitando. E não há limite de idade, o que tem merecido a crítica de muitos. Quatro ou cinco mil casos chegam por ano àquela Corte, mas o caso somente será apreciado, se quatro Ministros o aceitarem.

Seu funcionamento regular é de outubro a junho, quando decide de 200 a 250 casos, aproximadamente. E cada Ministro tem assistentes recrutados dentre os alunos mais destacados das universidades do país.

Relectindo as nomeações a orientação política do partido no governo (e disso é exemplo marcante a nomeação do famoso jurista, de raça negra, Thurgood Marshall, em 1967), as mesmas representam fator de grande relevo na vida local, uma vez que desde a presidência do renomado John Marshall (1801-1835) a *Supreme Court* deixou de ser mero Tribunal de Recurso, para assumir a posição de tutora dos direitos dos cidadãos e guardiã da Constituição, razão pela qual é difundido o



entendimento, no país, de que é a Suprema Corte quem efetivamente dirige a nação norte-americana.

IV - AS CORTES FEDERAIS

Abaixo da Suprema Corte, encontram-se, no mesmo plano, uma *Court of Claims*, uma *Court of Customs and Patent Appeals* e *Courts of Appeals* em onze *Circuits*. Cada circuito, à exceção do de Colúmbia, compreende três ou mais Estados.

Vinculadas às *Courts of Appeals* encontram-se as *District Courts*, em oitenta e nove *Districts*, espalhados pelos cinquenta Estados, outra em Porto Rico e outra no Distrito de Colúmbia, onde localizada Washington.

Também ligadas às *U. S. Courts of Appeals* estão as Cortes Distritais da Zona do Canal, de Guam e das Ilhas Virgens, as quais têm jurisdição federal e local. Ainda vinculadas às *Courts of Appeals* estão a *U. S. Tax Court* e várias agências administrativas.

As *U. S. Courts of Appeals* têm de três a quinze juízes, de acordo com sua importância. Cada Estado tem, no mínimo, uma *District Court*. Mas alguns Estados têm dois ou três distritos. E os Estados de Nova Iorque, Texas e Califórnia possuem quatro.

Nas *Courts of Appeals* há aproximadamente uma centena de juízes, os quais recebem a remuneração anual de \$ 42,500 US, enquanto os juízes federais das Cortes Distritais percebem \$ 40,000 US.

V - O SISTEMA ESTADUAL

Corolário de seu acentuado regime federativo, os Estados Unidos apresentam, no tocante à Justiça dos Estados-membros, uma organização judiciária intensamente diversificada.

Em quatro grupos, porém, poder-se-iam classificar as Cortes:

- 1 — superiores;
- 2 — de apelação;
- 3 — de primeiro grau;
- 4 — municipais, nelas compreendida a justiça de paz.

As Cortes superiores, que existem em vários Estados, são geralmente chamadas de Suprema Corte (sendo interessante registrar que no Estado de Nova Iorque, localizada na cidade de mesmo nome, estranhamente há uma Corte de primeiro grau com essa denominação).

Restringem-se, via de regra, a examinar as questões de direito, salvo erro manifesto quanto às questões fáticas, e a zelar pelo cumprimento das Constituições, tendo ainda por função ditar normas procedimentais (*rule making power*).

As *Courts of Appeals* destinam-se ao reexame das decisões da instância inferior e em muitos Estados constituem-se na mais Alta Corte. A composição e a competência dessas Cortes são variadas. E, muitas vezes, com características singulares.

No Estado de Kansas, para exemplificar, além da *Supreme Court* estadual, composta de sete juízes, e localizada em Topeka, a capital, há uma *Court of Appeals* composta de um Presidente e mais nove juízes, os quais, em grupos de três, comparecem periodicamente aos Condados para julgamento dos recursos.

No que diz respeito à primeira instância, a diversidade é ainda mais significativa, dividindo-se as Cortes, geralmente, em civis, criminais, de sucessões (*Probate Courts*), de família e de menores (*Juvenile Courts*).

As causas cíveis, como as criminais, ensejam quase sempre a atuação do júri, que se mantém na estrutura judiciária norte-americana em face do sentimento local de que as pessoas devem, sempre que

possível, ser julgadas por seus pares, não obstante constitua fator de morosidade e elevação de despesas. Cumprindo ressaltar que há forte corrente por sua extinção no cível. As Cortes Municipais obedecem a peculiaridades locais e são comuns na organização judiciária norte-americana.

VI - AS 'SMALL CLAIMS COURTS'

Para as causas de pequeno valor, e sobretudo no meio rural, existem Cortes menores, muitas das vezes sob a direção de um juiz de Paz, influência uma vez mais do sistema inglês.

A mais interessante dessas Cortes é, sem dúvida, a *Small Claims Courts*, hoje bem difundida no país. Na cidade de Nova Iorque, por exemplo, essa Corte integra o sistema das Cortes cíveis, e há no mínimo uma em cada um dos cinco *boroughs*. No mais famoso deles, Manhattan, há duas. Tomando-se, por exemplo, a que se localiza junto à City Hall, vê-se que ela funciona à noite, entre as 18 e as 21,30 h.

Embora presidida por um juiz togado, é composta de árbitros, a saber, advogados que se candidatam voluntariamente e que são selecionados por um determinado período, os quais nada recebem em termos de remuneração, mas consideram uma honra prestar tal serviço.

Por sessão funcionam oito a dez desses árbitros, e é considerável o número de feitos que decidem. Ocupa-se essa Corte de Nova Iorque de ações de indenização até mil \$ US, dispensada a participação do advogado. Quanto ao procedimento, é bastante simplificado.

Registrada a reivindicação na Secretaria, convoca-se pelo correio a parte adversa. No dia designado, se acordarem as partes em que o feito seja apreciado e decidido por um dos árbitros da Corte, irão à presença desse já cientes de que não poderão recorrer. A decisão, em

síntese, é comunicada pelo correio, dentro de três dias, para evitar tumulto.

Se as partes não abrirem mão da possibilidade do recurso, o julgamento será feito pelo juiz togado. A execução, com prazo prescricional de vinte anos, é extremamente simplificada, sendo o autor vencedor, orientado a procurar o *Sheriff's Office* do Condado, o qual tomará as providências necessárias.

VII - OS EXEMPLOS DE TRÊS ESTADOS

Na Califórnia, nos termos do art. VI, seção 1^a, da sua Constituição, o Judiciário é exercido pela *Supreme Court*, pelas *Courts of Appeals*, pelas *Superior Courts*, pelas *Municipal Courts* e pelas *Justice Courts* (Justiça de Paz).

A Suprema Corte da Califórnia, localizada na capital, Sacramento, é composta de sete juízes, um dos quais é o seu *Chief Justice*. O Estado é dividido em cinco distritos judiciários, cada um contendo uma *Court of Appeals*, as quais se desdobram em divisões de três juízes (há 20 em Los Angeles, 16 em San Francisco, 9 em San Diego, 7 em Sacramento e 4 em Fresno) e sem a figura do Pleno.

Em cada Condado há uma *Superior Court* (Cortes de primeira instância), de um ou mais juízes, conforme sua importância. No total, atualmente, há cinquenta e oito dessas Cortes e quinhentos e trinta e oito juízes.

Cada Condado ainda tem Cortes Municipais nos distritos de mais de quarenta mil habitantes, e *Justice Courts* nos distritos que não alcançam essa população. Estatisticamente, na atualidade há oitenta e nove Cortes Municipais, com quatrocentos e quarenta e sete juízes, e cento e onze *Justice Courts*, com cento e doze juízes.

Os membros da Suprema Corte são nomeados pelo Executivo, mas precisam ser confirmados pela Comissão de Nomeações. Além dessa confirmação, terão que se submeter à eleição, dentro de certo período. Eleitos, servirão por doze anos.

O mesmo sistema de recrutamento se aplica aos juízes das *Courts of Appeals*, enquanto os demais são eleitos por período de seis anos. A todos exigindo-se a qualificação profissional.

No Estado central de Kansas, tomando-se por base o 18º distrito judicial, correspondente ao Condado de Segwigh, onde se encontra a cidade de Wichita, de aproximadamente trezentos e cinquenta mil habitantes, há 5 divisões:

- 1 — civil;
- 2 — criminal;
- 3 — de família;
- 4 — de sucessões;
- 5 — de menores.

Nele servem vinte e dois juízes, os quais se revezam a cada ano, ressalvando-se que o Juiz-Diretor da divisão de menores tende a permanecer por maior período. São os juízes eleitos pelo Condado por período de quatro anos, podendo concorrer à reeleição. Dois são os concorrentes para cada posto, via de regra, e indicados pelos partidos políticos. Quando um juiz de boa atuação concorre à reeleição, usualmente não há competidor. Outrossim, não tem o referido Condado, na atualidade, juíza alguma, mas duas Promotoras. E as instalações são boas, registrados os trabalhos das audiências pela estenografia. No despovoado Estado de Nevada (o sexto em extensão, mas com apenas seiscentos e cinquenta mil habitantes, 60% dos quais em Las Vegas),

tomando-se por base o Condado de Washoe, um dos mais importantes, e onde se localiza a cidade de Reno, de cem mil habitantes, aproximadamente, encontramos sete juízes, eleitos por quatro anos e sem especialização. E mais dois juízes de Paz, também eleitos, com competência para as causas até quinhentos dólares (sendo interessante anotar que um deles não possui qualificação profissional).

A *Supreme Court* do Estado é composta de cinco juízes, eleitos por período de seis anos. Ademais, não se exige qualificação profissional para se postular perante as Cortes Distritais, uma vez que é reduzido o número de advogados no Estado (1.200, aproximadamente), algumas cidades não os tendo.

VIII - A ADMINISTRAÇÃO DAS CORTES

Em relação às Cortes Federais, há diversos órgãos destinados à sua administração, assim como para o estudo e a formulação de procedimentos que visem a ratificar seu funcionamento. Governam-se as Cortes através dos Conselhos e das Conferências, existentes em todos os onze circuitos. Os Conselhos são formados pelos juízes das *Courts of Appeals*, e têm competência inclusive para transferir juízes e dispor acerca do volume de serviço em cada distrito.

As Conferências dos Circuitos são formadas pelos juízes do Circuito, delas participando representantes da Associação dos Advogados. E nelas se debatem problemas de interesse comum e elaboram-se recomendações às Cortes no sentido de alcançar um melhor rendimento.

Há ainda uma Conferência de âmbito nacional, que se reúne pelo menos uma vez por ano, composta pelo Presidente da Suprema Corte, pelos Presidentes dos onze circuitos, por um juiz Distrital de cada circuito e pelos Presidentes das Cortes Federais de segundo grau.

Ainda no âmbito federal, a administração da justiça, até 1939, ficava a cargo do Ministério da Justiça. Para evitar a influência desse

órgão, uma lei de 7.8.39 estabeleceu a Conferência Judicial, criando o Escritório Administrativo (*Administrative Office of the United States Courts*).

A Conferência é presidida pelo *Chief Justice* da Suprema Corte e a ela compete resolver problemas afetos aos onze circuitos, formular a política da organização judiciária federal e apresentar recomendações ao Congresso Nacional a respeito do sistema federal de justiça.

Em relação aos Estados-membros, a administração das Cortes obedece a peculiaridades locais, observando-se que há, em algumas Universidades, cursos para administradores de Cortes, destacando-se no particular o *Institute for Court Management*, em Denver, Colorado, com duração aproximada de um ano.

IX - O RECRUTAMENTO DOS JUÍZES

Há, basicamente, três sistemas quanto ao recrutamento de juízes nos Estados Unidos:

- 1 — por nomeação;
- 2 — por eleição;
- 3 — misto.

Pelo sistema de nomeação estão os juízes Federais em todo o país, e os juízes de quinze Estados-membros, ressaltando-se que não se exige que aqueles e estes se submetam a concurso.

Pelo sistema de recrutamento por eleição perfilham-se dezessete Estados, com mandatos que variam, via de regra, de quatro a seis anos. Cumprindo anotar que o sistema se aplica também às Cortes de segunda instância.

Não vêem os norte-americanos maiores inconvenientes nesse sistema, que a nós espanta, sendo mesmo defendido por uma corrente,

sob o argumento de que, se todo o poder deve emanar do Povo, o Judiciário não se deverá constituir em exceção.

Há Estados, por outro lado, que buscam conciliar os dois sistemas. É o exemplo da Califórnia. Uma vez nomeados, os juízes deverão submeter-se, após certo período, ao voto popular.

Ainda no terceiro grupo, merece destaque um sistema que vem obtendo a preferência dos estudiosos, e que não exige a participação do voto popular. Segundo esse sistema, um comitê, composto de juízes, advogados e representantes da comunidade, examina os candidatos e recomenda três ao Executivo, ao qual cabe escolher um deles. Inexistindo carreira, inexistente sistema de acesso, o que não impede que muitos dos juízes das Cortes superiores passem antes por Cortes inferiores. Convindo ainda notar que há poucas mulheres na função judicante.

X - O APRIMORAMENTO DOS JUÍZES

A exemplo do que vem ocorrendo em outros países, tem merecido especial relevo nos Estados Unidos o aprimoramento dos juízes, partindo-se do pressuposto de que constituem eles a base de todo e qualquer sistema judiciário.

No *plano federal*, por volta de 1950, foi criado um subcomitê para a orientação dos juízes após a nomeação. Mas foi em 1968 que importante passo se deu, quando pela *Public Law 90-219* se criou o Centro Federal Judiciário (*Federal Judicial Center*) para as atividades de pesquisa e orientação de programas de treinamento para juízes, *Prosecutors* e funcionários das Cortes.

Órgãos de pesquisa e desenvolvimento do Judiciário federal, o Centro dá cumprimento à política da Conferência, cabendo-lhe não só buscar o aperfeiçoamento da administração das Cortes, mas também encontrar meios para tornar a Justiça mais efetiva, através de novos métodos e procedimentos.

Em síntese, são suas funções principais:

1 — conduzir pesquisas e estudos sobre a atuação das Cortes e estimular e coordenar iguais pesquisas e estudos em outros setores ligados à justiça;

2 — desenvolver e apresentar ao exame da Conferência recomendações para o aperfeiçoamento da administração e direção das Cortes;

3 — estimular, criar, desenvolver e conduzir programas de reciclagem e treinamento para o pessoal do judiciário, inclusive para os funcionários da Justiça;

4 — dar assistência à Conferência.

Localizado em Washington, em excelentes instalações, na histórica *Dolley Madison House*, oferece seminários de aproximadamente dez dias de duração e programação mais ampla no mês de setembro, quando há férias coletivas na Justiça Federal.

Sem embargo de ser facultativa a freqüência, os dados vêm revelando que têm sido cada vez mais altos os índices de comparecimento, afastada a descrença inicial. No *plano estadual*, em preliminar, deve-se afirmar que diversos Estados administram cursos e seminários de orientação e reciclagem, embora sem uma programação prefixada.

Uma instituição, no entanto, merece especial destaque. Em Reno, Estado de Nevada, funciona uma escola judicial de âmbito nacional, *The National Judicial College*. Um escorço histórico, pode-se dizer, que, no início de 1962, um dos Ministros da Suprema Corte, Tom Clark, demonstrou sua preocupação com a falta de treinamentos dos juízes, sobretudo se considerados os meios habituais de recrutamento deles (por eleição ou nomeação sem concurso). Obtidos recursos, realizaram-se

curso a partir de 1964, quando se concluiu pela necessidade de cursos permanentes.

A *American Bar Association*, em face do movimento pela criação de uma escola judicial permanente, criou uma direção de doze membros, quase todos juizes, à qual entregou o Colégio judicial, ficando este a integrar a Conferência dos juizes estaduais.

Para melhor se compreender a iniciativa da *American Bar Association*, impõe-se esclarecer que a mesma possui, em sua organização, uma divisão de administração judiciária. Idealizado o plano, os recursos necessários à implantação e funcionamento da escola, pelo período de dez anos, foram obtidos com a Fundação Fleischmann, que condicionou a verba à localização da escola no *campus* da Universidade de Nevada, embora sem vinculação a esta.

Em 1965, com vultosa ajuda financeira da referida fundação, instalava-se em Reno o Colégio Judiciário, denominado inicialmente *National College of the State Judiciary*.

A junta governativa da *American Bar Association*, que determina a política do Colégio, elege a sua direção por períodos de três anos, sendo ela composta de doze membros, dos quais quatro são eleitos cada ano, para melhor rotatividade, ficando a cargo de reitor (*dean*) a parte operacional.

Quanto à programação, inicialmente havia dois cursos anuais, com duração de dois meses cada um. A seguir, passaram os programas a ter a duração de quatro semanas. A partir de 1970, alterou-se essa programação, quando foram elaborados programas de duas semanas para os juizes que já haviam cursado o programa de quatro semanas.

Atualmente, há três tipos básicos, que duram de uma a três semanas, e que se preocupam mais com o ensino da prática e dos procedimentos, sem afastar o estudo teórico:

- 1) para juízes de jurisdição plena;
- 2) para juízes de jurisdição limitada;
- 3) para juízes não *lawyers*.

Os vinte e três mil juízes estaduais, relacionados por computadores, são convidados através do envio dos programas às suas Cortes. E são inscritos pela ordem de chegada das respostas.

Além da sua programação normal (em 1978 estão programados trinta e oito mil cursos), o Colégio ainda realiza, anualmente, de vinte a vinte e cinco programas locais, de dois a três dias de duração. Participando também desses mediante informações e assistência e mantendo estreito intercâmbio com o Centro Federal Judiciário.

Os cursos, ministrados normalmente a grupos de cento e vinte a cento e cinquenta juízes, subdivididos em grupos de quarenta a cinquenta, e que se preocupam inclusive com a administração das Cortes, destinam-se apenas aos juízes, inexistindo propósito, ao que consta, de estendê-los a funcionários, advogados ou a membros do Ministério Público.

Os orientadores são recrutados quase todos na própria magistratura, muito embora sejam também convidados professores de direito, sociologia e outros ramos afins, representando o convite alta dignificação profissional.

Os juízes levam geralmente as suas famílias, o que é incentivado não só pela beleza da região e pela programação social e esportiva paralela, mas sobretudo como estímulo à concentração nos estudos.

A par da organização administrativa modelar, impõe-se ainda enfatizar que o Colégio, hoje unanimemente elogiado pela excelência de sua atuação, tem sido importante fator de uniformização de normas de organização judiciária e de procedimento.

XI - CONCLUSÃO

A par do conhecimento, em linhas gerais, do complexo sistema judiciário norte-americano, esta pesquisa, realizada nos intervalos de uma programação cultural, objetivou salientar o avançado estágio em que se encontra, nos Estados Unidos, o aperfeiçoamento dos magistrados, hoje uma preocupação mundial, e cujos reflexos estão felizmente a atingir-nos^{*T}.